

CLIPPING IMPRESSO

24/08/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1 - 3
2. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
2.1. PRECATÓRIOS.....	4 - 6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	7
4. JORNAL VALOR ECONÔMICO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	8

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, o maranhense Marcelo Buhatem defendeu a conciliação entre poderes.
- - Parece-nos hora de flexibilizar, sentar-se à mesa a fim de prescrutar os elementos da discórdia e, diante de concessões mútuas, firmar compromissos -, sugeriu.

EDITORIAL

Uma ameaça real

A Covid-19 é uma ameaça real e um risco infinitamente maior do que a possibilidade de efeitos adversos que qualquer vacina possa ter. Ainda assim, é grande o número de pessoas que mantém a decisão de rejeitar a imunização – duas doses ou dose única da farmacêutica Janssen -, agora sob a ameaça da variante Delta. São pessoas que expõem a si mesmas e à sociedade um risco que poderia ser evitado, e o resultado: lotam as UTIs e desesperam os médicos.

Esse posicionamento de recusar vacinas tem motivado, inclusive, decisões judiciais, a exemplo do que ocorreu recentemente em São Paulo. Lá, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) manteve a justa causa aplicada à demissão da funcionária de um hospital que não quis se vacinar. A justificativa foi que, apesar de a vacinação não ser compulsória, a imunização em massa é a única maneira de frear a pandemia. Nesse caso, para proteger a saúde do coletivo, as empresas têm o direito de restringir a frequência ou o exercício de atividades de quem não aceitar entrar na dança - e até de demitir por justa causa, dependendo do motivo da recusa.

Existe uma variedade de motivos para que a pessoa de-

cida pela rejeição à vacina: ignorância, paranoia, religião, ideologia, desinformação, egoísmo, e crença em falsos tratamentos. É lamentável, portanto, que muitos continuem a prejudicar o combate da pandemia. No entendimento da pneumologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Margareth Dalcolmo, no Brasil não existe um movimento antivacina, como em EUA e Europa, mas a ignorância politizada, que tem seus efeitos amplificados por campanhas tóxicas de desinformação nas redes sociais.

Os casos de negação da vacina ocorrem em todo o país. E, por conta disso, a pandemia amplificou um problema que já ocorria com outras doenças, alimentado pela ignorância. Por exemplo: no tratamento da Aids e da tuberculose, alguns pacientes, mal orientados, acham que estão curados e que não precisam mais de remédios e nem de vacinas. Na Covid-19 não é diferente. Os negacionistas pro-

**Esse posicionamento
de recusar vacinas tem
motivado, inclusive,
decisões judiciais**

longam a pandemia, perpetuam a desgraça. Infelizmente, ainda há quem continue a tomar ivermectina, na ilusão do tratamento precoce.

Está provado que, apesar de nenhuma das atuais vacinas contra a Covid-19 eliminar o estado de portador do vírus, a pessoa que se imuniza não adoece com a mesma frequência que aquela que está desprotegida -e, se contrair o vírus, as chances de transmissão são inferiores. Além dos anticorpos, quem se vacina desenvolve vários graus de resposta contra aquele agente e as chances de o vírus se multiplicar são muito menores.

Especialistas alertam que quando a pessoa faz opção por não se vacinar, além de representar um risco maior de infecção, a chance de desenvolver variantes é alta porque o vírus tem uma facilidade muito grande de mutação. A cada nova pessoa infectada, pode gerar desde uma mutação mais branda até uma infecção grave, inclusive com o risco de as va-

cinas pré-concebidas não funcionarem mais.

O infectologista Julio Croda, pesquisador da Fio-cruz, diz que o aumento das internações de pessoas acima de 80 anos torna imperativo aplicar uma dose de reforço nessa população que foi vacinada no país, junto com os profissionais de saúde. Na semana passada, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que a aplicação de uma terceira dose só vai ocorrer depois que toda a população adulta tiver recebido as duas doses da vacina.

Alcântara, no Maranhão, é uma das três cidades – as outras são Fernando de Noronha (PE) e Uru (São Paulo) – que se destacam pela alta taxa de vacinação da população, segundo publicação nacional. Sete de cada dez moradores de Alcântara são quilombolas. O grupo é prioridade no plano de imunização federal. Pela dificuldade de acesso às comunidades, em março o município figurava entre as cidades maranhenses mais atrasadas na vacinação. Uma força-tarefa foi criada para acelerar o trabalho e, em 16 de junho, a cidade ficou conhecida como a primeira do Brasil a aplicar a primeira dose de vacina em toda a população adulta.

Governo avalia novo plano para precatórios

Entre as propostas em estudo, está a de livrar 'excesso' de dívidas da regra do teto de gastos

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo já começa a discutir internamente um “plano B” para a fatura bilionária de precatórios (valores devidos pelo poder público após sentença definitiva na Justiça) em 2022, calculada em R\$ 89,1 bilhões.

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, insista na necessidade de parcelar as dívidas de valor mais elevado, ministros envolvidos nas negociações reconhecem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo enfrenta resistências e é vista com desconfiança pelos parlamentares e no mercado financeiro. Sondagens feitas no Congresso apontam que o texto da PEC não será aprovado. Por isso, essa ala quer abrir o diálogo – inclusive com

governadores que são credores de R\$ 16,6 bilhões em precatórios em 2022 – e chegar a um desfecho mais “palatável”.

Entre as soluções consideradas possíveis, está a de retirar do alcance do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação e é hoje a âncora do governo para indicar sustentabilidade das contas) apenas o “excesso” de crescimento das dívidas judiciais, isto é, cerca de R\$ 30 bilhões de aumento acima do previsto para 2022, mantendo uma regra semelhante para anos seguintes. Outra opção é retirar a despesa com precatórios do teto e recalcular o limite desde a sua origem, em 2016.

As alternativas ainda estão em discussão dentro do governo e também com o Congresso Nacional e, por isso, não há definição sobre qual caminho a ser tomado. O diagnóstico, porém, é de que há problemas de comunicação que precisam ser endereçados e necessidade de “ajustar a narrativa” e dar maior transparência à solução que for escolhida. Um dos problemas foi associar a aprovação da PEC a um aumento do valor do benefício médio do novo Bolsa Família para R\$ 400, o que fontes consultadas pela reportagem

apontam que não foi e nem está em consideração.

Nessa ala do governo, a avaliação é de que o problema dos precatórios foi tratado de forma “nebulosa”, o que contribuiu para os ruídos e as incertezas, que nas últimas semanas jogaram combustível na alta do dólar e dos juros no mercado financeiro. Segundo um integrante do governo, independentemente da saída escolhida, é preciso ter clareza em torno dessas informações para que qualquer um possa “fazer a conta” de qual será o espaço para novas despesas no teto de gastos em 2022.

O governo contava com um espaço adicional de cerca de R\$ 30 bilhões no teto de gastos no ano que vem para ampliar o Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil. Às vésperas do envio da proposta ao Congresso, surgiu a fatura dos precatórios – chamada de “meteoro” por Guedes – em valor acima dos R\$ 57 bilhões programados pela equipe econômica. O gasto com demandas judiciais ocupou a folga que seria do programa social, o que levou o governo a propor o parcelamento.

No mercado financeiro, há o

temor de que o governo use a PEC para manobrar o Orçamento e criar espaço adicional para gastos em 2022, de olho na reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Cálculos iniciais do governo apontavam um “extra” de R\$ 7,8 bilhões no ano que vem com a medida. A equipe econômica revisou os cálculos e agora diz que não haverá essa sobra.

Um integrante do governo ouvido pelo *Estadão/Broadcast* garante que, mesmo com as novas soluções para as dívidas judiciais, não se buscam artifícios para criar espaço adicional dentro do teto e poder gastar mais em ano eleitoral, mas sim equacionar o problema dos precatórios sem maiores turbulências.

Para essa ala, um dos problemas de comunicação é a associação entre a PEC e o lançamento do Auxílio Brasil com valor turbinado. Embora alguns tenham visto nessa vinculação chance de “incentivar” o Congresso a aprovar o parcelamento das dívidas judiciais, há integrantes do governo que argumentam que o crescimento dos precatórios não compromete só o programa social, mas também outras despesas do Orçamento.

● **Estouro**
R\$ 30 bi
é a estimativa de quanto o governo federal terá de desembolsar em precatórios (dívidas judiciais) a mais do que planejava em 2022

'País não está fora de controle'

● O ministro da Economia, Paulo Guedes, reconheceu que o ambiente de antecipação das eleições prejudica a economia, pois causa muito "barulho", mas disse que "nenhum fundamento indica que o País está fora do controle". "Espero que excessos de uma parte ou de outra sejam moderados. Precisamos moderar os excessos para garantir a recuperação econômica, que está praticamente garantida", afirmou ele em evento.

Guedes repetiu que a trajetória de déficit é de declínio. "Os fundamentos continuam indicando que estamos fazendo trabalho certo."

RITMO ACELERADO

- Despesas com precatórios tiveram escalada nos últimos anos e podem comprometer teto de gastos em 2022

EM BILHÕES DE REAIS

Valor precatórios



*PREVISÃO NO ORÇAMENTO DE 2021; **ATÉ JUNHO

FONTE: TESOURO NACIONAL

Raio X

TIPO DE PRECATÓRIO	VALOR PAGO	
	EM 2020	EM 2021*
Previdência urbana	15,946	12,733
Previdência rural	3,920	3,341
Pessoal	6,418	7,686
Assistência	1,286	0,853
Custeio e capital	22,876	17,427

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-27/7/2021



Opção. Paulo Guedes resiste a abandonar a alternativa de parcelar débitos mais pesados

Presidente do Tribunal de Justiça entrega Fórum revitalizado em Matinha

DIVULGAÇÃO

Reafirmando o compromisso do Poder Judiciário do Maranhão em viabilizar melhorias estruturais significativas, para garantir o pleno e satisfatório exercício da função jurisdicional, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, entregou, na sexta-feira (20), à população de Matinha, um Fórum totalmente reformado e revitalizado com uma estrutura moderna, sustentável e acolhedora. Ele afirmou que a revitalização do Fórum – que leva o nome do advogado José Conceição Amaral – dignifica e consolida a importância do Poder Judiciário junto à sociedade de Matinha, representando mais um passo concreto para o bom funcionamento dos serviços jurisdicionais com uma Justiça apta a atender os anseios daqueles que dela se socorrem.

O presidente do TJMA frisou que a entrega do Fórum totalmente reformado é sinal de renovação e de compromisso do Poder Judiciário no oferecimento de serviços jurisdicionais cêleres e eficientes à acolhedora sociedade de Matinha.

“A entrega da importante obra dignifica o trabalho do Poder Judiciário na Comarca de Matinha e representa mais um exemplo concreto da nossa preocupação em viabilizar melhores condições para o pleno e satisfatório exercício da função jurisdicional”, pontuou. De acordo com o desembargador Lourival Serejo, as instalações dignas, modernas e adequadas inauguradas em Matinha proporcionarão à população, aos servidores, às servidoras, aos magistrados, às magistradas e demais operadores do Direito plenas condições para que possam desempenhar a contento suas respectivas atribuições profissionais.

“Aos jurisdicionados, este prédio servirá como verdadeira casa de abrigo para os seus legítimos pleitos e, certamente, representará, na prática, uma melhoria significativa na prestação jurisdicional, uma vez que a estrutura entregue neste momento terá importante impacto na qualidade dos serviços



O Fórum leva o nome do saudoso advogado José Conceição Amaral

oferecidos”, enfatizou.

PARTICIPAÇÃO

A solenidade foi prestigiada pelos desembargadores Jamil Gedeon (ex-presidente do TJMA), Froz Sobrinho (ex-diretor da Esmam) e Marcelino Everton, pelos juízes Hólidice Barros (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão) e Alistelman Mendes Dias Filho.

Magistrado titular da Comarca de Matinha, o juiz Alistelman Mendes Dias Filho ressaltou a importância institucional da revitalização do Fórum de Matinha, onde, segundo ele, os índices de produtividade são significativos. “Nossa gratidão ao desembargador Lourival Serejo, que com essa obra nos incentiva ainda mais para trabalhar em prol da Justiça e da cidadania”, ressaltou.

O entendimento unânime dos desembargadores e juízes presentes na solenidade é de que a revitalização do Fórum representa de forma evidente não só a Justiça, mas a cidadania, beneficiando diretamente jurisdicionados(as),

servidores(as), magistrados(as), membros integrantes do Sistema de Justiça e a população de Matinha em geral.

HOMENAGEM

O Fórum leva o nome do saudoso advogado José Conceição Amaral que, na ocasião, recebeu uma homenagem póstuma do TJMA pelos relevantes serviços prestados à Justiça durante sua militância na advocacia em Matinha, onde deixou um rico legado marcado pelo compromisso com a causa dos pobres e desvalidos.

Na oportunidade, o filho do advogado, Rui Rone Amaral, em nome da família do causídico, agradeceu a homenagem do Poder Judiciário, afirmando que seu pai “sempre se comportou de maneira exemplar na militância advocatícia, balizado em princípios éticos, lutando por causas justas, buscando sentenças justas”.

Participaram da solenidade o promotor de Justiça, João Viana dos Passos Neto, representando o procurador-geral da Justiça,

Eduardo Nicolau; a prefeita de Matinha, Liniêlda Nunes Cunha; o comandante do destacamento da Polícia Militar, sargento Gutemberg Silva Serra, entre outros.

ESTRUTURA

As instalações revitalizadas do Fórum “Advogado José Conceição Amaral” ficam localizadas na Rua Afonso Matos, s/nº, Centro, em Matinha.

O prédio recebeu serviços de pintura geral interna e externa, adequações de novo layout, instalação de balcão de atendimento para Pessoas com Deficiência (PCD), revitalização da fachada com inclusão do letreiro de identificação, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias com substituição de louças e metais, lógica e telefonia, limpeza geral do terreno, colocação de novas portas em madeira, recuperação externa das calçadas, revisão geral da cobertura, dentre outros.

